

RELATÓRIO - SÍNTESE DOS ACONTECIMENTOS / ENCAMINHAMENTOS DADOS COM RELAÇÃO AO FECHAMENTO DO SOS-CRIANÇA

1. Reunião do dia 19.02.01 – Sede de SADS

Presentes: José Luís Gaita Paixão – Planejamento de SADS e Presidente do  
CONSEAS

Ana Azevedo – Responsável pela |Coordenação das ações de SADS

Márcia Calhes Paixão – Assessora técnica de SGPC

Pauta Discutida:

Maior integração entre as duas Secretarias, com discussão de perspectivas do Município de São Paulo em viabilizar seu sistema descentralizado e participativo, implementando o Fundo Municipal de Assistência Social e aprovando a Política de Assistência Social ainda no primeiro semestre de 2001, para se operar a municipalização do atendimento em 2002.

- Levantamento de assuntos pertinentes para discussão das duas Secretarias:

- acompanhar discussão da passagem da rede de creches para SME;
- registro de Entidades Sociais e Cadastro Único;
- atendimento à famílias – discutir interfaces de programas e serviços como : Centros de Referência (SAS) e Núcleos de Atendimento (SADS) , Renda Mínima (PMSP) e Complementando a Renda (SADS)
- atendimento à crianças e adolescentes;
- população de rua;
- programas e serviços de Atenção à 3º Idade e pessoas portadoras de necessidades especiais;
- integração e regionalização de redes de atendimento;
- ações diretas em relação a Defesa Civil
- ações de capacitação dos funcionários das duas pastas, das Entidades Sociais, de outros parceiros e dos Conselhos de Defesa de política pública e de direitos.

2. Reunião do dia 14/03/01 – sede de SADS

presentes: Maria Helena – Secretária Adjunta - SADS

Ana Maria Azevedo – SADS

José Luiz Gaeta - SADS

Márcia Calhes Paixão - SAS

Maria Helena solicita a inclusão de mais dois outros assuntos na pauta:

- Fechamento do SOS – Criança

- 02
- Necessidade do Município participar da revisão das Concessões do Benefício de Prestação Continuada

Márcia (SAS) argumenta a necessidade de preparar o processo de municipalização conjuntamente para que se efetue em 2002, tendo em vista a estruturação das equipes de trabalho, o replanejamento programático, dificuldades orçamentárias e déficit de recursos humanos na SAS neste momento.

Foi sugerido que as discussões se iniciassem pelo atendimento de 0 a 6 anos e 11 meses e adolescentes em situação de risco uma vez que o Estado coloca a importância de se discutir os atendimentos do SOS – Criança, tendo em vista o fechamento do local de triagem já previsto.

A representante de SAS coloca a importância de ações planejadas pautadas num cronograma para que haja co-responsabilidade nas duas esferas de governo, apontando a implementação das ações em 2002.

Ficou acertado que se discutiria com os dois Secretários das Pastas envolvidas.

### 3.Reunião do dia 04/04/01 – sede de SADS

Presentes: Secretários de SAS e SADS e técnicos das Secretarias

O Secretário de SADS coloca a importância da municipalização, sendo necessário o imediato repasse do SOS – Criança.

O Secretário de SAS afirma não ter sido implementado o Fundo Municipal de Assistência Social para o repasse de verbas, além de acreditar que é preciso implantar novo modelo de atendimento.

No dia 05/05/01 manda ofício ao Secretário de SADS reafirmando não ter sido feito nenhum acordo para a passagem imediata do projeto.

### 4.Reunião do dia 05/04/01 – sede de SADS

Presentes: Secretário de SADS, CMDCA, CONDECA, Entidades

O Secretário de SADS comunica o fechamento do SOS – Criança a partir desta data, afirmando que seria de responsabilidade de SAS o atendimento, segundo acordo feito com o Secretário de SAS.

Encaminha as SAS Regionais, Varas de Infância e entidades que lidam com a questão, comunicado afirmando sobre o fechamento do SOS, bem como lista dos endereços de todas as SAS e dos abrigos conveniados a nível estadual e municipal para os encaminhamentos necessários

### 5.Reunião de 06/04/01 – sede de SAS

Presentes: CMDCA, Conselheiros Tutelares

O Secretário de SAS explica a todos que não foi acertado nenhum acordo com a Secretaria de SADS para a passagem imediata do SOS , considerando que não há gestão plena instalada no Município pois o Fundo Municipal da Assistência não havia ainda sido criado para o repasse de verbas. Afirma ainda que entende ser de nossa responsabilidade esse serviço, mas num processo de construção conjunta da passagem , bem como como de uma nova proposta de atendimento.

Entrega um documento à todos os Conselheiros Tutelares reafirmando a posição de SAS diante do fato.

6.Reunião do dia 07/04/01 – sede do SOS – Criança

Presentes: Maria Helena – SADS

Leticia – SADS

Rosangela – representante do CONDECA

Sérgio – diretor do SOS – SADS

Eliane Caras – SGPC – SAS

Maria Lygia e Márcia – Coordenadoria do Adolescente – SAS

Foi apresentada proposta de transição por parte de SADS:

- descentralização imediata da triagem do SOS, considerando-se as áreas de maior demanda, num processo de co- responsabilidade por parte das duas esferas;
- a SAS caberia a estrutura física dos postos descentralizados e o acompanhamento de técnicos de SAS para futuramente assumir o serviço
- a SADS caberia ceder 10 funcionários no período de transição , além de colocar a rede de abrigos estadual e solicitar a municipal à disposição para os encaminhamentos e repasse de verbas.

Proposta de SAS:

- retomada imediata do SOS – Criança pelo Estado
- instauração de um processo conjunto e gradual de transição a ser pautado com todos os atores sociais envolvidos nesta questão, voltados à construção de um novo modelo de atendimento
- frente ao impasse , ficou decidido que os dois Secretário decidiriam sobre a questão.

7.Reunião Ordinária de 09/04/01 – Sede do CMDCA

Presentes: Diretoria do CMCD, Conselheiros Tutelares e Sociedade Civil

Encaminhamentos:

- Relato dos Acontecimentos
- Representação ao Ministério Público solicitando a retomada do atendimento do SOS numa proposta diferenciada e com qualidade

- 04
- Oficiar a situação caótica a autoridades e parceiros
  - Articular Conselhos Tutelares, COMAS, CONDECA, CEDECAS, Parlamentares para reunião no dia 10/04/01 às 17 horas no Salão Azul do Gabinete da Prefeita.

#### 8.Reunião 10/04/01 – Sede do Governo Municipal

Presentes: Conselheiros Tutelares, Presidente e alguns Conselheiros do CMDCA, Valdênia – CEDECA Mônica Paião Trevisan, Padre Ângelo – COMAS, CONDECA, Entidades Sociais

Encaminhamentos:

- Relato dos Acontecimentos
- Retomada do SOS sob a responsabilidade do Estado, mas com atendimento segundo as premissas do ECA endossadas pelos presentes
- Negociação do processo de transição – prazo de 90 dias
- Representação ao Ministério Público referendada na reunião ordinária do dia 09/04/01 do CMDCA

#### 9.Reunião do dia 16/04/01 – CMDCA

Presentes: Conselheiros, C. Tutelares e Sociedade Civil

Encaminhamentos:

- Escrita da Representação a ser enviada ao Ministério Público referendada pelos C. Tutelares, CMDCA, CEDECAS e CONDECA
- Levantamento dos encaminhamentos realizados pelas SAS Regionais

#### 10.Reunião no dia 16/04/01 – sede do CONDECA

Presentes: representantes de SADS, CMDCA e CONDECA

Pronunciamento do Secretário de SADS sobre a questão e alguns questionamentos por parte dos presentes.

#### 11.Reunião de 23/04/01 – sede do CMDCA

Presentes: Conselheiros, Sociedade Civil

Encaminhamentos:

- Entrega de proposta do Movimento de Meninos e Meninas de Rua a ser analisada pela Comissão Permanente de Políticas Públicas.
- Realização de Sessão Extraordinária no dia 27/04/01 das 9 às 12 hs., na sede do Conselho com a presença dos Secretários que estão representados no Conselho, CONDECA

#### 12.Reunião do dia 23/04/01 – sede do CONDECA

Presentes: Entidades Sociais, Representantes de SAS e SADS, CMDCA, COMAS

Encaminhamentos:

-Relato dos últimos acontecimentos – várias entidades relataram o aumento de demanda nos abrigos encaminhados por C.Tutelares e outros órgãos , prejudicando o atendimento , além da confirmação do não atendimento no SOS em várias situações .Foi informado que o Conselho Regional de Psicologia chamou uma reunião para redefinição da proposta de abrigo ,sendo a próxima em 04.05.01 às 14 horas com a presença de coordenadores dos abrigos, técnicos de SAS,CRP,CMDCA,CONDECA e Secretaria de SADS.

O Presidente do CMDCA relata que em reunião no mês de fevereiro com o Secretário de SADS não foi apontada a questão da municipalização do SOS.

Vera, uma das participantes relata a preocupação com o encaminhamento dado pela Secretaria de Segurança, levando os adolescentes algemados, solicitando que se faça uma intervenção.

Francisco,conselheiro da Sociedade Civil relata que o ex diretor do SOS encaminhou um projeto ao CMDCA para análise e registro da entidade. Foi contratada pelo Governo do Estado por um valor altíssimo (DOE 14 e 17.04.01)

Leticia,representante de SADS retoma a proposta da Secretaria e Márcia de (SAS) relata ter recebido um cronograma de transição organizado pelo Estado em que o penúltimo item é o contato com SAS para a apresentação do projeto e o último ao CMDCA.Afirma que estes deveriam ter sido os primeiros para que a proposta fosse construída a pelo menos oito mãos:SAS,SADS,CONDECA e CMDCA..para aí sim encontrar legitimidade.

12.Reunião de 23/04/01- Câmara Municipal

Presentes: Representantes do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança , representantes de SAS

Um dos itens de pauta foi o fechamento do SOS.João de Deus diz ser um desserviço para a criança e o adolescente este atendimento, e por 10 anos não tem registro no CMDCA.Diz ser preciso criar espaços entre a rua e a família e não abrigos que reclusam.É preciso oferecer formação e educação profissional através de novas propostas como formação de cooperativas.É preciso pensar em política de proteção integral à luz do ECA.Relata a importância de se criar resolução do CMDCA, endossada pelo Givanildo.Apresenta as propostas levantadas em documento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Flariston , presidente do CMDCA fala sobre a proposta da Conferência Municipal em julho, apontando a importância do diagnóstico da cidade construção do plano de proteção integral considerando os programas das secretarias á nível de governo federal, estadual e municipal, para podermos mapear as lacunas e finalmente implantação de instrumentos e mecanismos para aferir se o plano surte efeito/ impacto social.

Proposta: produzir documento tirando diretrizes de consenso, sendo uma delas a deliberação do SOS.

Comissão de Políticas Públicas do CMDCA

TABELA 11

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MORADORA DE RUA POR IDADE

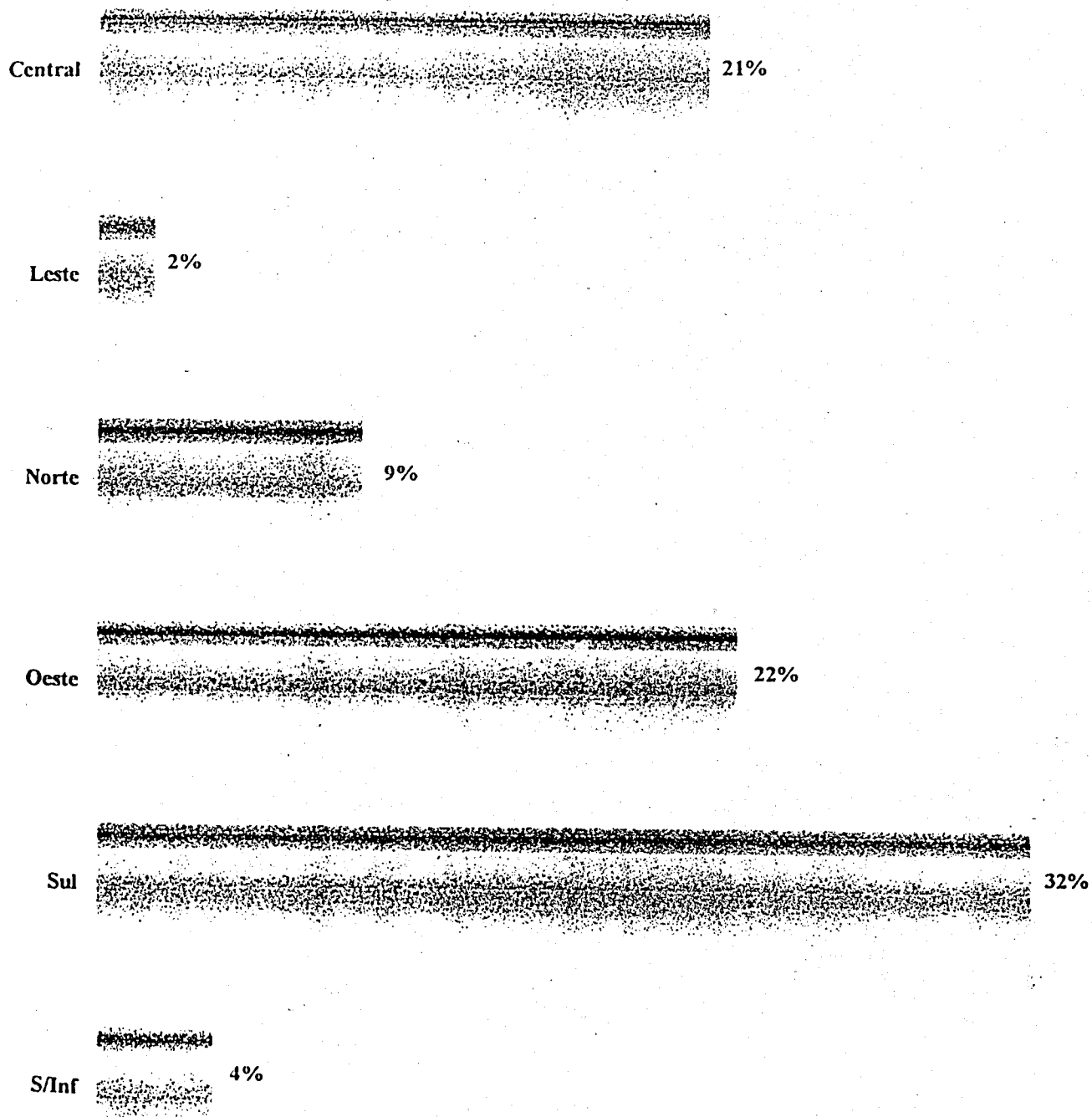
IDADE	SITUAÇÃO		TOTAL	%
	LOGRADOURO	ALBERGUE		
0 a 3	43	32	75	0,9
4 a 6	17	17	34	0,4
7 a 14	178	57	235	2,7
15 a 17	147	18	165	1,9
18 a 25	453	279	732	8,4
26 a 40	1523	1345	2868	32,9
41 a 55	1271	1228	2499	28,8
56 ou mais	405	531	936	10,7
Sem informação	976	186	1162	13,3
TOTAL	5013	3693	8706	100

Para a população, a idade média e mediana é de 39 anos. Separando-se os moradores por local onde foram encontrados, o valor médio e mediano daqueles encontrados em logradouros é de 38 anos e, para os albergados 40 e 41 anos, respectivamente.

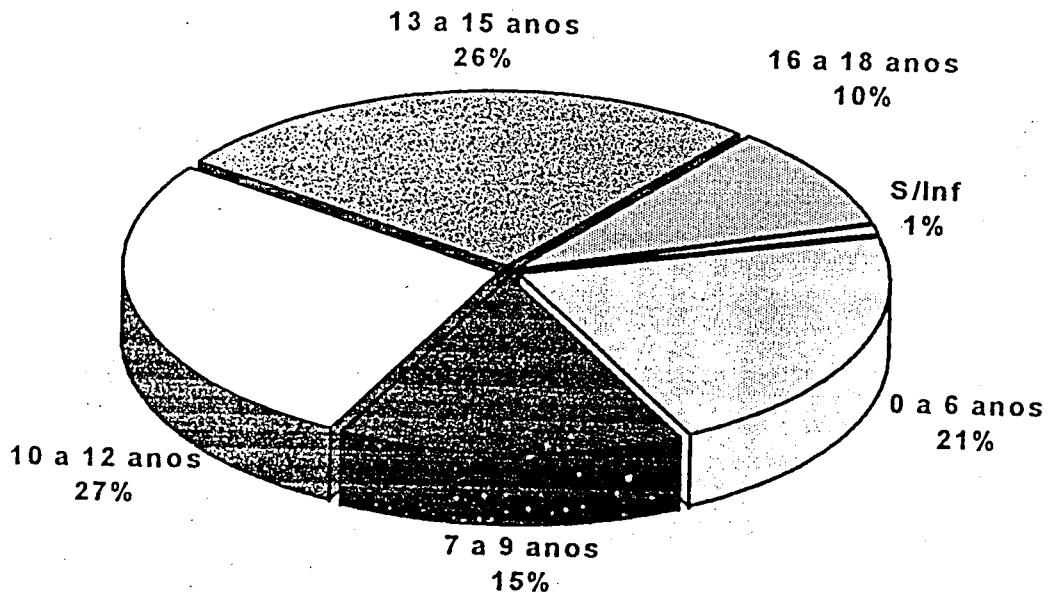
O tempo em que cada um dos entrevistados se encontrava na rua foi, no levantamento censitário, obtido mediante declaração direta dos recenseados. Dados os objetivos do Censo, um maior refinamento na obtenção desta informação foi deixado para o levantamento amostral, o que leva a uma interpretação cautelosa dos dados da Tabela 12.

Estudo realizado com 1484 crianças e adolescentes em situação de rua

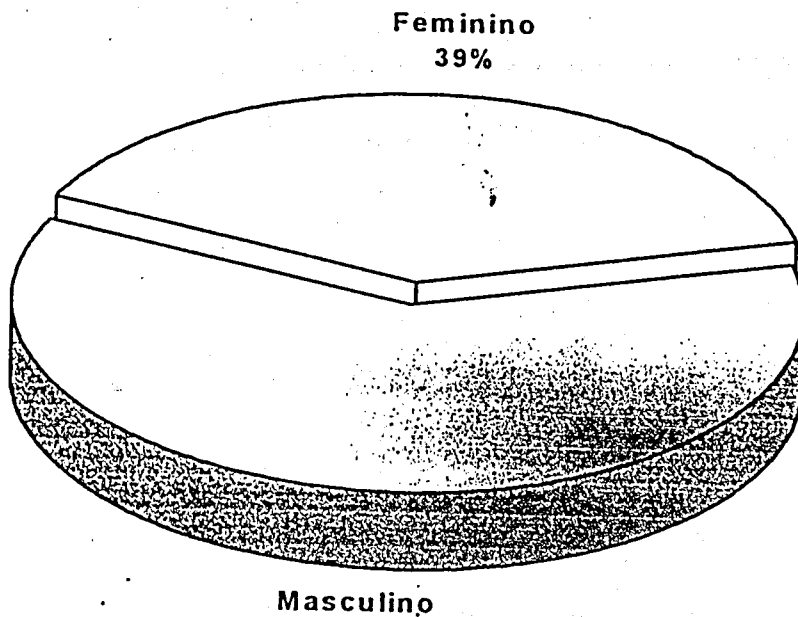
% de Crianças e Adolescentes por regiões de realização de entrevista



Faixa Etária



Sexo

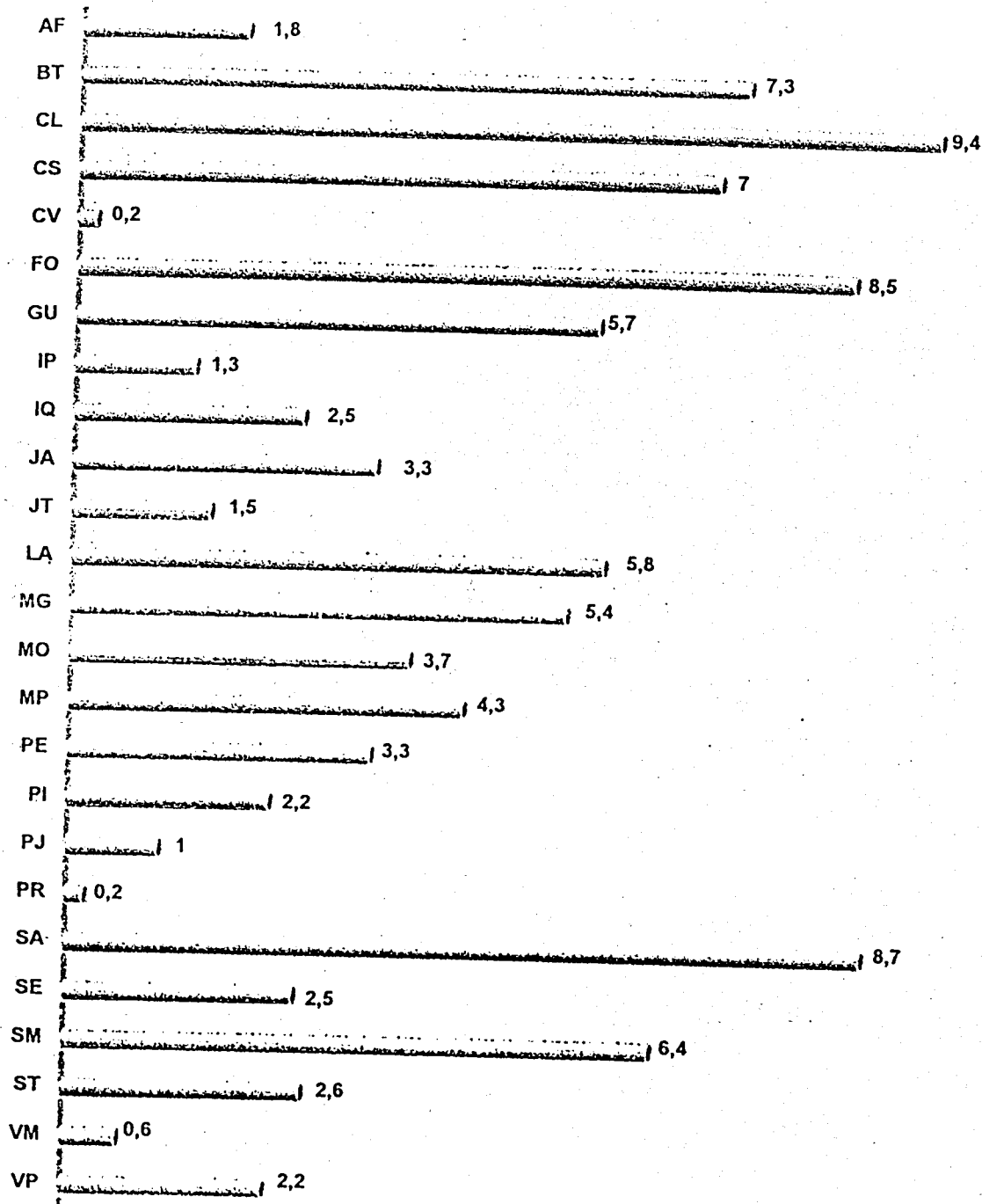


Abril a Agosto de 1999

10

Procedência da Capital: 955 crianças e adolescentes

A.R. / em %



A.R. / em número

F	ARICANDUVA / V. FORMOSA	18	IQ	ITAQUERA	25	PJ	PIRITUBA / JARAGUÁ	10
T	BUTANTÁ	71	JA	JABAQUARA	32	PR	PERUS	2
L	CAMPO LIMPO	92	JT	JAÇANÃ / TREMEMBÉ	15	SA	STO. AMARO	85
S	CAPELA DO SOCORRO	67	LA	LAPA	57	SÉ	SÉ	25
V	CASA VERDE	2	MG	V. MARIA / V. GUILHERME	53	SM	SÃO MATEUS	63
A	ERMELINO MATARAZZO	-	MO	MOOCA	36	ST	SANTANA	26
Ó	FREGUESIA DO Ó	83	MP	S. MIGUEL PAULISTA	42	VM	V. MARIANA	6
J	GUAIANASES	56	PE	PENHA	32	VP	V. PRUDENTE	22
'	IPIRANGA	13	PI	PINIHEIROS	22			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE



Proposta elaborada pela Comissão Permanente de Políticas  
Públicas do CMDCA referente ao SOS- Criança:

Ações a curto, médio e longo prazo para encaminhamento da municipalização do SOS- Criança:

1ª Formação de uma comissão intersecretarial e intersetorial para elaborar propostas de encaminhamento/acolhimento para municipalização tendo em vista a situação emergencial e a imperativa implantação do PROASF.

A comissão será composta por: Secretarias- SMS, SAS, SME, SNJ, SEME, SEMAB, SF e SGM; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CONDECA; Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente

Sugestão apresentada pela Comissão Permanente de Políticas Públicas para discussão na plenária do CMDCA: ampliar a representação incluindo Poder Judiciário, COMAS, Câmara Municipal, Assembléia Legislativa; Secretarias Municipais: Verde e Meio Ambiente, Cultura, Coordenadoria de Projetos Sociais e Conselhos Tutelares.

2ª - Elaboração de síntese por SAS, relatando o histórico da negociação efetuada entre SEADS e SAS.

3ª - Mapeamento da situação atual, utilizando dados que abarquem duas perspectivas:

interna- levantamento da demanda atual do SOS, bem como demanda retrospectiva de 2000; formas e locais de encaminhamento desta. O CMDCA fará a solicitação do levantamento de dados ao SOS Criança.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE



➤ **externa** - contagem FIPE sobre o levantamento de crianças e adolescente em situação de e na rua, bem como a utilização de outros órgãos de pesquisa. Elaboração de proposta de intervenção intermunicipal, para auxiliar o encaminhamento da demanda pertinente para possível integração na família de origem (conforme previsto em ECA).

4º- **Verificar com apoio de SIS os próprios municipais** que poderiam ser imediatamente utilizados e/ou restaurados para viabilizar o atendimento imediato. Por um curto período este atendimento dar-se-á a nível centralizado, prevendo a concomitante descentralização e garantindo o atendimento progressivo nas 05 macro regiões. Serão priorizadas as macro regiões que tiverem maior demanda (maior concentração de criança e adolescentes em situação de e na rua) para deflagração do processo.

Como critério para escolha dos locais, cabe a análise da adequação arquitetônica para tal atendimento.

5º- **Elaboração de um projeto intersecretarial** prevendo uma **Proposta Pedagógica em Meio Aberto** que englobe o processo de abordagem/ acolhimento, espaço para abrigamento (pernoite, alimentação, higiene) e um núcleo com atividades sócio-educativas-culturais, com oficinas das diversas Secretarias: **SMC**- oficinas de expressão- criação: variadas manifestações artísticas (música, teatro, grafiteagem, trabalho integrado com os museus/ pinacotecas, bibliotecas...); **SME**- ações inter e transdisciplinares, oferecendo dentre outras, oficinas de leitura e educação informal (com abordagem de temas pertinentes ao universo da criança e do adolescente); **SEME** - oficinas de esporte e lazer; **SMS**- atuação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE



voltada à prevenção e promoção da saúde, com ênfase na questão da drogadição, oferecendo oficinas que culminem em ações de monitoria a serem desempenhadas pelas crianças e adolescentes envolvidos. Efetivar trabalho de acolhimento e orientação às famílias, incorporando-as aos projetos coordenados pela Coordenadoria de Projetos Sociais: "Bolsa Trabalho", "Renda Mínima", "Começar de Novo"; bem como à rede de serviços das demais Secretarias da PMSP.

6º Elaboração de Plano de Metas para implementação total do PROASF- de maio a dezembro, fornecendo dados antecipadamente para a elaboração do Orçamento Participativo de 2002.

FASES DO PLANO GLOBAL DE INTERVENÇÃO:

1ª FASE- abril/maio:

- Levantamento e mapeamento da demanda atual e retrospectiva.
- Relatório retrospectivo das negociações entre SAS e SEADS.
- Constituição de Comissão Intersecretarial e Intersetorial com participação da Sociedade Civil Organizada.
- Levantamento e preparação dos locais adequados para atendimento das demandas.
- Levantamento dos Recursos Humanos disponíveis nas diversas Secretarias.
- Discussão com CMDCA sobre os recursos financeiros a serem destinados para a execução da primeira fase (verba do FUMCAD).
- Início do atendimento a curto prazo com a implantação do serviço centralizado e concomitante descentralização nas 05 macro regiões.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE



14

2ª FASE: maio a dezembro

Preparação pela Comissão Intersecretarial/ Intersetorial das condições, metas e prazos para implementação total do PROASF, delimitando a atuação de cada secretaria no processo de intervenção/implantação

3ª FASE - a partir de janeiro/2002

Implantação propriamente dita do PROASF e da rede de atendimento.

*Comissão Permanente de Políticas Públicas do CMDCA*

*Abril de 2001*